



Christiane Bôa Viagem *

Jornalismo, democracia e cidadania

Podemos começar essa breve reflexão com uma pergunta: o que é jornalismo? Há muitas respostas possíveis. Cada um poderia trazer uma explicação ou um exemplo. No entanto, para um dos mais influentes estudiosos em jornalismo, Nelson Traquina, a pergunta mais adequada seria: o que é jornalismo em uma sociedade democrática?

Sabemos por experiência vivida em nossa história recente que, durante os 21 anos de ditadura militar, vigorava a censura à imprensa e não havia liberdade de expressão. Censores vigiavam diariamente as redações jornalísticas para selecionar as informações e como elas seriam divulgadas. Os acontecimentos veiculados traziam apenas um ponto de vista, ou seja, todos os veículos de comunicação da época apresentavam apenas o que era de interesse do governo ditatorial. A visão de mundo dos militares era o que imperava, por diversos motivos e interesses, que já conhecemos.

Este exemplo vivido no Brasil se repete atualmente em outros países onde não há democracia ou é pouco desenvolvida. “A democracia não pode ser imaginada como um sistema sem liberdade e o papel central do jornalismo, na teoria democrática, é de informar o público sem censura”, afirma o pesquisador Traquina.

O sistema democrático proporciona liberdade de imprensa. Como veículo de informação, o jornalismo deve nos equipar com as ferramentas vitais ao exercício dos direitos e dar voz à expressão de nossas preocupações. No entanto, os veículos estão imersos em um mercado que, muitas vezes, dita as regras com seus interesses não só econômicos. Isso muitas vezes deixa o interesse público em segundo plano.

De forma breve, lembremos que o jornalismo que temos hoje só foi possível existir por fazer parte do mer-

cado e ser financiado pela publicidade. Hoje com uma prática muitas vezes de espetacularização da informação para simples consumo, ainda devemos reconhecer que a indústria jornalística continua vital para a dinâmica social por informar a um número cada vez maior de pessoas de diferentes lugares e formação.

O que é transmitido é definido a partir do olhar da equipe de jornalismo. Os assuntos ou acontecimentos de grandes dimensões ou de maior relevância para a sociedade são submetidos, muitas vezes, aos interesses políticos e econômicos internos dos veículos. Nesses casos, a cobertura jornalística é definida nessas instâncias.

Para o pesquisador português, João Carlos Correia, esses aspectos que podem comprometer o jornalismo não são uma fatalidade. Para ele, a mídia é, “apesar de tudo, uma encruzilhada de possibilidades que se jogam no campo do político, do social e do cultural”. Nesta linha de raciocínio, ao longo de nossa história recente, tivemos vários acontecimentos que servem como exemplo e só fizeram fortalecer nossa democracia.

Mesmo que a mídia jornalística paute o que acontece no dia a dia, a população tem sua força de trazer à tona o seu verdadeiro interesse. O movimento “Diretas Já”, por exemplo, fez a imprensa se render – mesmo com a ideologia militar ainda em vigor –, noticiar o fato e repercuti-lo. As manifestações nas ruas eram notícias, não se podia negar.

Lembremos também a tão conhecida edição do Jornal Nacional do último debate entre os candidatos – Lula e Collor – à Presidência da República na primeira eleição direta depois da ditadura. Por interesses outros, este acontecimento contribuiu para a eleição do então candidato quase desconhecido, Fernando Collor, de um partido inexpressivo, o PRN. Por outro lado, esta mesma mídia



(Foto: José Paulo Lacerda/CNI)

se rendeu, mais uma vez, dois anos depois, para noticiar o movimento juvenil dos “caras pintadas”, que foi às ruas pedindo e conquistando o impeachment do presidente.

Com isso, não se pode negar o papel do jornalismo. Contribuí, de modo efetivo, com o diálogo entre as várias instâncias sociais. Mas esses grandes fatos pontuais são suficientes para considerarmos o jornalismo brasileiro uma expressão das preocupações do cidadão em seu cotidiano? Contribuí efetivamente em equipá-lo para reflexão e exercício de seus direitos? Para fortalecer a dinâmica democrática com a participação de todos?

Jornalismo público

Nos anos de 1990, nos Estados Unidos, um grupo de repórteres e editores chegou à conclusão de que o jornalismo do país não estava contribuindo o suficiente para a própria democracia. Questionava se o jornalismo praticado era de qualidade e se trazia incrementos para a participação no processo democrático nacional e, particularmente, local.

Esses jornalistas identificaram que os problemas sociais divulgados pelos jornais não estavam sendo solucionados devido ao modo de como era realizada a cobertura. Foi justamente num período em que houve uma queda na participação política e na vida comunitária.

A partir daí, propuseram uma prática jornalística, que foi denominada como civic journalism. No livro *Civic Journalism*, o autor Márcio Fernandes vai à raiz do termo civic. Com origem no latim, cívico ou civismo em português, o vocábulo foi resgatado pela sociedade ocidental e é definido como “relativo ao cidadão, próprio do cida-

dão”. Por isso também o jornalismo cívico ficou conhecido como jornalismo público, de interesse público.

Como o jornalismo e a democracia estão intrinsecamente ligados, para Jay Rosen e os outros fundadores, o jornalismo tradicional tem deixado uma lacuna na participação dos cidadãos na vida pública, afastando-os do processo democrático. Há um distanciamento entre os cidadãos e as instâncias governamentais. E entre a mídia e os seus públicos, existe um distanciamento na agenda de interesses.

O jornalismo cívico apresenta uma premissa simples, embora controversa: a imprensa deve incentivar e promover a qualidade da vida cívica ou pública, ao invés de apenas reportar ou queixar-se dela. Rosen explica que a imprensa deveria criar na comunidade a capacidade para que ela própria possa se descobrir como comunidade, reconhecendo os seus próprios problemas e buscando maneiras para solucioná-los: inserir o cidadão no espaço público, permitindo o acesso à formulação de políticas públicas.

Para se ter uma ideia, um exemplo que Fernandes apresenta em seu livro é o do jornal do Estado da Califórnia, *The Orange County Register*. O jornal decidiu experimentar uma nova técnica narrativa para contar a história das “Crianças de Motel”, crianças muito pobres que moravam com suas famílias em um motel em frente a um parque temático da Disney. A história foi contada em forma de diálogo, utilizando as próprias palavras das crianças.

O resultado foi surpreendente com doações de brinquedos e alimentos para as famílias, horas de voluntariado para cuidar das crianças, tratamento para os pais viciados

em drogas. O Poder Público criou um programa residencial para tirar as famílias do motel. Houve um envolvimento da comunidade e os cidadãos trabalharam juntos.

Em análise do exemplo apresentado, o estudioso em jornalismo cívico, Jan Schaffer, acredita que, se a reportagem tivesse sido feita pelo jornalismo tradicional, teria colocado o Poder Público na defensiva. Seria apenas mais uma denúncia noticiada, possivelmente, sem solução.

Com essas considerações, não estamos aqui para defender cegamente o jornalismo cívico ou público. Mas não podemos negar que há aspectos de um jornalismo que se propõe a ouvir e dar voz àquele cidadão “sem vez e voz” na sociedade, tão cidadão quanto qualquer outro. Percebemos que esse espaço é pouco aberto pelo jornalismo tradicional.

É importante observar que essa prática jornalística tem sua ação incisiva quando a veiculação noticiosa está voltada para uma região definida. Não é apenas preencher os tempos ou espaços vazios das mídias, mas construir uma interatividade com o público que proporcione notícias do cotidiano da vida da comunidade. Correia ainda acrescenta que há uma identidade regional que faz com que reforce o sentimento de pertença do público ao seu local.

Formação do Jornalista

Sabemos que hoje o jornalismo regional está atrelado a um gigantismo de uma mídia nacional. Para benefício da democracia, devemos levar em consideração que, quanto maior o número de veículos noticiosos, maior a diversidade de informações transmitidas, maior a possibilidade de enriquecer o debate democrático. Essa diversidade de meios jornalísticos e seus diferentes olhares proporciona ao cidadão enxergar os vários ângulos dos acontecimentos, torna o posicionamento do cidadão mais consistente em seu papel na democracia.

Diante desse assunto, podemos citar a questão da (re) democracia dos meios de comunicação de massa. Mas essa questão fica para um outro momento.

Diante das perspectivas apresentadas aqui, devemos reconhecer o quanto o jornalismo é imprescindível para a

dinâmica democrática. Contribui efetivamente na vida de cada região com a divulgação dos fatos e a fiscalização do poder em nome do cidadão. O jornalismo, como serviço à sociedade, contribui para o desenvolvimento.

Para tanto, os cursos de jornalismo devem prezar pela qualidade na formação desses profissionais. Devem ter como objetivo principal instruir o estudante com todo o aparato necessário para que possa exercer a multiplicidades de funções da profissão em nossa sociedade contemporânea.

Mas não é só habilitá-lo para o trabalho nas tradicionais e novas mídias, em gestão em comunicação, ente outros âmbitos. A formação deve fornecer ao estudante o conhecimento e treinamento suficientes para que reflitam sobre a ética do jornalismo, suas boas práticas e sobre o papel do jornalista a serviço da sociedade.

Essas ideias fazem parte do desafio que nos propomos em formar jornalista de qualidade. Essa direção está em sintonia com a Unesco, que realizou uma série voltada para a educação em Jornalismo. A preocupação da entidade é orientar os cursos para a formação de profissionais de qualidade, pois

“nos últimos anos, países em desenvolvimento e democracias emergentes registraram um rápido crescimento do número de meios de comunicação”. Desse modo, há uma necessidade imediata de formar jornalistas com conhecimentos consistentes.

Portanto, o desafio dos cursos de jornalismo é formar profissionais de qualidade. Não só formar para exercer a profissão em sua multiplicidade de funções em nossa sociedade contemporânea, mas profissionais eticamente responsáveis, sensíveis ao bem comum, ao coletivo, capazes de servir a sociedade, informando e ouvindo o cidadão, fiscalizando o poder, estimulando o debate democrático. Deste modo, é possível contribuir para o desenvolvimento político, social, cultural e econômico da sociedade. ■

“A formação deve fornecer ao estudante (de Comunicação Social) o conhecimento e treinamento suficientes para que reflitam sobre a ética do jornalismo, suas boas práticas e sobre o papel do jornalismo a serviço da sociedade”

* Mestre e doutora em Semiótica da Comunicação pela PUC (SP) e coordenadora do curso de Jornalismo (Comunicação Social) da Faculdade Asces